



ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE

Rua Rui Barbosa, nº 135, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-084
Telefone: - <http://imac.acre.gov.br/>

Processo nº 4022.013453.01149/2023-17

CERTIDÃO DE DISPENSA Nº. 242 / 2023 / DLAIS

O Chefe de Departamento de Licenciamento Ambiental de Infraestrutura Indústria e Serviços do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo, **CERTIFICA** para qualquer fim de direito que a atividade de **"RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS"**, localizada no Ramal Inera, com 1.494,12 metros de extensão; e no Ramal 07, com 587,56 metros de extensão, no município de Tarauacá - Acre, a ser desenvolvida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ - ACRE**, com **CNPJ nº 34.693.564/0001-79**, **não está sujeita ao licenciamento ambiental**, nos termos do Art.103 da Lei Estadual nº 1.117/94, Anexo da Resolução do CONAMA nº 237/97, Portaria Normativa IMAC nº 08/2010 e Resolução CGSIM nº 51 de 11 de junho de 2019.

Rio Branco - AC, 17 de Julho de 2023.

Geraldo Fabrício Andreatto Fernandes
Chefe do Departamento de Licenciamento
Ambiental de Infraestrutura,
Indústria e Serviços - DLAIS- IMAC
Portaria nº 95 de 13 de Fevereiro de 2023
D.O.E nº 13.475, de 14 de Fevereiro de 2023


TERMO DE COMPROMISSO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ - ACRE**, com CNPJ nº 34.693.564/0001-79, localizada na Rua Cel. Juvencio de Menezes, nº 395, Centro, no município de Tarauacá – Acre, que realizará as atividades de "**RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**", declara nesta e na melhor forma de direito, perante o **Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC**, Autarquia Estadual, criada pela lei nº 851 de 23/10/1986, com sede à Rua Rui Barbosa, 135 Centro – Rio Branco, aqui neste ato representado pelo Chefe de Departamento, que nos termos da Lei nº 6.938/81 e suas alterações e regulamentações, assumir o compromisso de obedecer rigorosamente as obrigações abaixo relacionadas, estando ciente de que no caso de inobservância das mesmas, estará sujeito as penalidades previstas na legislação vigente:

1. Realizar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da atividade, notadamente no que se refere a não contribuir para a poluição de mananciais;
2. Utilizar produtos biodegradáveis;
3. Manter boas práticas de limpeza e higienização do local;
4. Manter sempre atualizado a alvará de funcionamento, de acordo com as regras municipais;
5. Atender as normas ambientais emanadas do poder municipal;
6. Evitar o uso de equipamentos que produzam ruídos acima dos limites regulamentados na resolução do CONAMA nº 001/1990 e NBR 10.151 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
7. Não realizar intervenção em Áreas de Preservação Permanentes – APP;
8. Não queimar resíduos de qualquer natureza a céu aberto;
9. Este documento não autoriza a realização de supressão de vegetação, caso necessário, deverá ser requerida previamente ao Órgão Ambiental competente, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis.
10. A dispensa do licenciamento ambiental não confere ao empreendedor a desobrigação de observar os preceitos da legislação ambiental;

Declaro ainda, estar devidamente esclarecido que o não cumprimento estabelecido através do presente TERMO DE COMPROMISSO dará ensejo à adoção de medidas legais cabíveis, visando responsabilidade civil, criminal, administrativas nos termos da lei.

Rio Branco - AC, 17 de Julho de 2023.

<p>Geraldo Fabrício Andreatto Fernandes Chefe do Departamento de Licenciamento Ambiental de Infraestrutura, Indústria e Serviços - DLAIS- IMAC Portaria nº 95 de 13 de Fevereiro de 2023 D.O.E nº 13.475, de 14 de Fevereiro de 2023</p>	<p> MARIA LUCINEIA NERY DE LIMA MENEZES Prefeita Municipal de Tarauacá</p> <hr/> <p>Maria Lucineia Nery de Lima Menezes Prefeito de Tarauacá - Acre CPF: 671.425.242-00 COMPROMISSÁRIO</p>
---	--



Documento assinado eletronicamente por **GERALDO FABRÍCIO ANDREATTO FERNANDES**, Chefe de Departamento, em 17/07/2023, às 09:46, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7700430** e o código CRC **3D94B857**.

Referência: Processo nº 4022.013453.01149/2023-17

SEI nº 7700430